

Sumário

“Trabalho infantil não é brincadeira”

1. Primeiras Palavras	3
2. O trabalho infantil: aspectos contextuais brasileiros	7
2.1 O Brasil colônia e os primórdios do Brasil industrial.....	7
2.1.1 As perspectivas europeias da criança e do adolescente: da indiferença ao cuidado.....	8
2.1.2 As navegações portuguesas: os grumetes e os pajens à caminho do Brasil	15
2.1.3 Os indígenas e os jesuítas: a catequização dos filhos da terra	17
2.1.4 Escravizados, ingênuos e libertos: a criança e o adolescente negros em terras brasileiras.....	21
2.1.5 A industrialização brasileira: a infância e a adolescência nas fábricas	27
2.2 A República brasileira e o século XX	29
2.2.1 A “dignificação” da classe operária pelo trabalho.....	31
2.2.2 A institucionalização da infância e da adolescência: das rodas dos expostos aos patronatos.....	34
2.2.3 Os Códigos de Menores: o menorismo e a Doutrina da Situação Irregular	43
2.3 O trabalho infantil na contemporaneidade brasileira	51
2.3.1 As permissões e as proibições ao trabalho infantil e adolescente: linhas introdutórias	53
2.3.2 A Convenção n. 182 da OIT: a definição internacional das piores formas de trabalho infantil e os reflexos de sua adoção pelo Brasil.....	56
2.3.3 A contextualização do do trabalho da criança e do adolescente no Brasil contemporâneo: causas e números	59
2.4 Síntese	64

3. A reforma trabalhista e o trabalho do adolescente.....	67
3.1 A Lei n. 13.467/2017: as novas premissas do Direito do Trabalho brasileiro.....	67
3.1.1 A reforma trabalhista frente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	74
3.1.2 A reforma trabalhista e a principiologia do Direito do Trabalho brasileiro	76
3.2 Aspectos destacados dos impactos da reforma trabalhista às regula- mentações do trabalho nacional.....	82
3.2.1 O Direito Individual do Trabalho	82
3.2.2 O Direito Coletivo do Trabalho	88
3.2.3 O Direito Processual do Trabalho	95
3.3. A reforma trabalhista e os contratos de trabalho	100
3.3.1 Contratos de trabalho: aproximação conceitual, elementos essenciais e espécies contratuais.....	101
3.3.2 Novas espécies contratuais: o contrato de teletrabalho	106
3.3.3 Novas espécies contratuais: o contrato de trabalho intermitente	115
3.4 Síntese	122
4. A Doutrina da Proteção Integral: a ressignificação da infância e da adolescência.....	125
4.1 Os primeiros passos da atenção especial à infância e à adolescência....	125
4.2 Consolidação da Doutrina da Proteção Integral: a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989	141
4.3 A concretização da Doutrina da Proteção Integral no Brasil.....	153
4.4 Síntese	164
5. A reforma trabalhista e o contrato de trabalho intermitente: a precarização da proteção ao trabalho do adolescente.....	167
5.1 A reforma trabalhista e o trabalho do adolescente: aspectos destacados	167

5.2 O contrato de trabalho intermitente e o adolescente	177
5.3 A doutrina da proteção integral e o contrato de trabalho intermitente do adolescente	188
5.4 Síntese	203
6. Epílogo.....	207
Referências	221